

## ATA NÚMERO VINTE E DOIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no
Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão
extraordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido
previamente anunciada por edital datado de catorze de novembro de dois mil e
vinte e três, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal
semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de
trabalhos:
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo
terceiro do Regimento da Assembleia Municipal
ORDEM DO DIA
Ponto um – Aprovação das atas da sessão de vinte e oito de setembro de
dois mil e vinte e três;
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e
solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e
solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para
solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com
solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.;
solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.;
solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.;
solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.;



mil e vinte e quatro;
Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
referente à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de
Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias da Ucha
e Martim, atinente ao Programa de Cinoterapia (Patinhas vinte e um –
Intervenção Multidisciplinar com cães), durante o ano letivo dois mil e vinte e
três/dois mil e vinte e quatro;
Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
respeitante à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação
de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da
Várzea, relativa ao Programa Terapêutico e Hipoterapia e/ou Hidroterapia,
durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro;
Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de
Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o
Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias;
Ponto sete – Discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao
Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos;
Ponto oito – Discussão e votação do Regulamento do Município de
Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente;
Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Rede Eurocities,
como membro associado – Fórum das Cidades Inclusivas
Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes,
nomeadamente:
Abel da Silva Sá, Adelino Lima da Silva Fernandes, Agostinho Martins da
Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro.



Ângela Flávia da Silva Sousa, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira Costa, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas, Casimiro da Silva Rodrigues, Catarina Marina Faria Duarte, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Cristiana Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses Costa, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, João Salvador Faria Lopes, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joaquim Pinto do Vale, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira, Manuel António Gonçalves Mota



da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Manuel Vasconcelos Dias, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição da Costa Araújo, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes Cunha, Maria Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Alexandre Magalhães Alves, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristina Ferreira Simões, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Vítor António Martins Ferreira.------------Faltaram os seguintes membros:------Faltaram os seguintes membros:-------------Hélder Duarte Grácio Tomé, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Manuel Fernandes Pereira, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Natalina de Sá.------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Boa noite a todos.----------Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.-----------Declaro aberta esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de vinte de novembro de dois mil e vinte e três.-----



Pedia à senhora deputada, segunda secretária, para proceder à leitura
das substituições que se verificaram para esta mesma sessão
SEGUNDA SECRETÁRIA – Pediram a substituição os seguintes senhores
deputados municipais:
José António Maciel Beleza Ferraz;
Substituta: Maria da Conceição da Costa Araújo;
António da Silva Gonçalves do Vale;
Substituto: Adelino Lima da Silva Fernandes;
Isaías da Silva Macedo Gomes;
Substituto: João Salvador Faria Lopes
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária
Só algumas informações à Assembleia:
No dia vinte e sete de setembro procedemos à instalação da Comissão
Municipal de Acompanhamento da Acessibilidade Condicionada às Pessoas com
Deficiência, uma comissão aprovada aqui pela Assembleia Municipal;
Também recebi a comunicação do senhor deputado municipal Miguel
Jorge da Costa Gomes relativa à alteração para o estatuto de deputado
municipal independente
Vamos então dar início aos trabalhos, esta é uma sessão extraordinária,
mas, mesmo sendo sessão extraordinária, tem um período destinado ao
público. A pessoa do público que está inscrita é o senhor Jorge Manuel Matos
Lima, que pretende fazer uma intervenção e apresentar questões sobre o Rio
Cávado
Senhor Jorge Manuel Matos Lima, tenha a bondade de se dirigir ao
púlpito, por favor, para proferir então a sua intervenção, pedia que respeitasse
o período de cinco minutos
PÚBLICO - Jorge Lima - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia



Municipal de Barcelos, Senhora e Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados, Caros Concidadãos
Por recorrente e tão óbvio, julgo não ser necessário aqui elencar
qualquer argumentação quanto ao potencial social e económico do Rio Cávado
para os cidadãos, para a cidade e para o concelho de Barcelos
Em abril de dois mil e vinte e dois, dirigi-me a esta Assembleia no intuito
de alertar todos os presentes para a necessidade urgente de tratarmos do nosso
rio
Desde essa intervenção, à exceção da inglória e desajustada luta contra
os famigerados jacintos pelo rio, nada foi feito! E o que aqui me traz de novo é
que, entretanto, tudo está pior
Dizem-me e dir-me-ão do executivo municipal que necessitam de tempo
e que nunca nenhum outro executivo olhou para o rio como este!
Tomei e tomo boa nota desse desígnio repetidamente declarado,
contudo das boas intenções aos atos parece haver ainda um longo caminho a
percorrer
É verdade que, mesmo perdendo a oportunidade de neles introduzir
algumas correções substanciais, alguns dos projetos para as margens do nosso
rio foram revisitados e estão agora em curso. Outros, igualmente direcionados
para as margens, com um ou outro pormenor já conhecido, estão a ser
elaborados
Mas e o rio? O rio continua completamente negligenciado e tão sujo
como há muitos anos não se via
A limitação regimental do tempo desta intervenção impossibilita-me de
detalhar e aprofundar este assunto, porém permitam-me reiterar o apelo que
aqui vos fiz em abril de dois mil e vinte e dois: é urgente tratar do nosso riol



Na minha opinião e partilhada por muitos outros nossos concidadãos:
É urgente elaborar e executar um plano de despoluição que dê especial
atenção às constantes descargas de águas residuais não tratadas e à propagação
de plantas, animais e outras "matérias" invasoras;
É urgente elaborar e executar um plano de remodelação, reconstrução e
até eventual eliminação de alguns dos açudes existentes, com a inclusão de
escadas para peixes e equacionando a possibilidade da construção de eclusas
que permitam a navegação de pequenas embarcações de Barcelos até à foz;
É urgente elaborar e executar um plano de limpeza do leito do rio e
recuperação do ripário das margens;
É urgente elaborar e executar um plano de boas práticas agrícolas e
pecuárias nas zonas ribeirinhas;
É urgente elaborar e executar um plano de ordenamento da captação de
água;
É urgente implementar um efetivo regime de caudais ecológicos na
barragem de Penide;barragem de Penide;
É urgente elaborar e executar um plano de educação ambiental para os
diferentes utilizadores do rio;
É urgente monitorizar e fiscalizar
Em suma, é urgente quase tudo. Mas, essencialmente, é urgente agir
É urgente que o nosso rio seja realmente um verdadeiro desígnio deste
executivo municipal, de todas as entidades e organismos que tutelam ou têm
responsabilidades sobre os recursos hídricos, mas, e também, de todos os
barcelenses
Sejamos críticos e exigentes, mas também responsáveis e
participativos
E por falar em participativos, relembro que os dois projetos vencedores



dos quais fui proponente nos orçamentos participativos de Barcelos de dois mil
e dezanove e dois mil e vinte e um, projetos esses intimamente ligados ao rio,
não foram ainda tidos em conta, executados ou finalizados!!!
Termino esta intervenção angustiado com o atual estado destas coisas,
mas com a convicção – muitos dirão que ingénua – de que o Rio Cávado, em
Barcelos, um dia destes deixará de ser um projeto adiado
Muito obrigado a todos pela a atenção dispensada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, pela sua intervenção
Senhor presidente da Câmara, não tendo havido questões propriamente
ditas, não sei se deseja fazer algum comentário?!
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Muito boa noite a todos
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor
Secretários, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Membros
da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União
de Freguesias, Caros Munícipes, Comunicação Social, a todos os que nos
seguem via Internet
Agradeço ao Jorge Lima, mais uma vez, pôr a questão do rio como uma
questão central nas políticas públicas. Efetivamente a nossa vontade e o nosso
desejo às vezes não acompanham ou não são acompanhados com o ritmo que
gostaríamos por parte de todos, das entidades que interagem nestas questões,
mas dar-lhe nota de duas ou três coisas que me parecem importantes
A primeira, quanto à questão dos jacintos, a palavra erradicação é uma
palavra importante mas um bocado utópica no que às infestantes diz respeito.
O que nós temos que fazer, e estamos a fazê-lo, é a limpeza adequada e manter
sempre alerta e vigilante toda e qualquer infestante que não só os jacintos que
aparecem nos nossos rios



Quanto às descargas, efetivamente sobretudo neste período de cheias
houve descargas de emergência da estação elevatória junto ao ribeiro da Vila
que de imediato comunicámos às entidades competentes e temos a garantia
por parte da AdB, as Águas de Barcelos, que na próxima quarta ou quinta-feira
irão proceder à instalação de um novo sistema de bombagem que vai otimizar o
seu funcionamento e reduzir de uma forma significativa essas descargas que
não são bem-vindas de todo
Dizer-vos também que está para breve o concurso público para colocar a
ETAR de Areias de Vilar em funcionamento. Como sabem, esteve doze anos
parada, pronta, mas parada, e que vai permitir que efetivamente possa ser uma
realidade em termos de limpeza do rio e de menos esgotos a irem para o nosso
Rio Cávado
Dizer-vos também que já informámos quer a APA, quer o Ministério do
Ambiente que a ETAR de Barcelos, que tinha um período útil de vida de vinte
anos, que terminou em dois mil e dezassete, nunca foi alvo de um projeto de
recuperação, já existe o projeto, já foi enviado para as entidades competentes e
aguardamos, tínhamos essa promessa do senhor ministro do ambiente, espero
que continue, que iriam pôr em prioridade máxima a nova ETAR de Barcelos.
Estamos a falar num investimento de cerca de trinta milhões de euros, que seria
decisivo para perseguir o objetivo que aqui nos trouxe
Quanto ao que aqui afirmei, está para breve também uma negociação
final com a APA para o projeto que nós designamos um Plano Estratégico para
as Frentes Ribeirinhas. Estamos em crer que quer a APA, quer a CCDR vão dar
um parecer positivo e, se assim acontecer, naturalmente iremos avançar para o
desenvolvimento dos projetos e a construção das obras necessárias
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente



Vamos entrar então agora na ordem do dia. O primeiro ponto da ordem
do dia é a aprovação das atas da sessão de vinte e oito de setembro de dois mil
e vinte e três
Temos duas atas, como sabem, a sessão repartiu-se em duas reuniões
Vamos votar a ata da sessão de vinte e oito de setembro de dois mil e
vinte e três!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Um IND)
A ata está aprovada por maioria com uma abstenção e cento e três votos
a favor (quarenta e dois PS, trinta PSD, vinte e um BTF, três CH, dois TB, um CDS,
um BE, três IND)
Vamos agora votar a ata da reunião de quatro de outubro de dois mil e
vinte e três!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Um IND)
A ata está aprovada por maioria com uma abstenção e cento e quatro
votos a favor (quarenta e dois PS, trinta PSD, vinte e um BTF, três CH, dois TB,
dois CDS, um BE, três IND)
Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos: discussão e votação da
proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um
empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de
vinte e cinco milhões de euros, para assunção de compromissos resultantes da
extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de



Barcelos, S.A
Eu aqui iria colocar à consideração dos senhores deputados poder fazer
aqui um ligeiro aperfeiçoamento deste ponto da ordem de trabalhos, no sentido
de precisar e concretizar em consonância absoluta com aquilo que está
deliberado em proposta de reunião de Câmara
Portanto, o que colocaria à vossa consideração é que o ponto fosse:
discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização
para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao
montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, ao Montepio, nos termos
da proposta, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos
processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A
Alguém se opõe a esta alteração?
(Ninguém)
Alguém se abstém?
(Ninguém)
Está aprovada por unanimidade
Vamos discutir este ponto da ordem de trabalhos com esta exata redação
que eu acabei de ler, concretizando precisamente em função da deliberação e
aquilo que nos propõe a Câmara
Para este mesmo ponto abria as inscrições!
Na discussão deste ponto há só uma ronda, foi acertado em reunião da
Comissão Permanente
Tem a palavra o senhor deputado Miguel Costa Gomes, estatuto
Independente, três minutos
<b>DEPUTADO INDEPENDENTE – Miguel Costa Gomes</b> – Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Primeiro e
Segundo Secretários da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara



Municipal de Barcelos, Sennoras e Sennores vereadores, Sennoras e Sennores
Presidentes de Junta e de União, Estimados Colegas Deputados Municipais,
Caras e Caros Cidadãos, e um cumprimento especial para quem nos acompanha
via Web
É sabido, como já foi anunciado pelo senhor presidente, que eu estou
aqui na qualidade de deputado independente, não deixei de ser socialista, mas
também não estou aqui para ser porta-voz de ninguém e, portanto, serei porta-
voz de mim mesmo
Quando no passado veio aqui a esta Assembleia a proposta do acordo
dos cinquenta e um/quarenta e nove o PSD decidiu viabilizar através da
abstenção o acordo, a fim de se resolver o problema. Mas cometeu um erro,
que na altura me chocou, que foi votar contra precisamente o mesmo
instrumento que vem hoje a esta Assembleia nesta proposta número dois
Pois eu quero aqui dizer que, no que me diz respeito e em coerência, irei
votar a favor desta proposta, porque não faz sentido não viabilizar o
financiamento de uma proposta de um problema grave
Entretanto, apenas duas questões que eu queria deixar aqui ao senhor
presidente da Câmara, que pode-me responder agora ou depois mais tarde
Em março houve uma Assembleia Municipal onde foi aprovado o acordo
que foi estabelecido com a Câmara Municipal. Nesse dia, o senhor presidente
incentivou os barcelenses a inscreverem-se na ligação das redes de água e
saneamento. A pergunta que eu faço é: o senhor presidente tinha
conhecimento da confissão de dívida com título executivo que foi apresentado
aos cidadãos, porque sem isso não era possível a ligação e se tinha essa
consciência?
E a outra questão que eu ponho, o senhor presidente na altura disse que
não se pagaria nada embora fosse faturado, se a memória não me falha, até



janeiro de dois mil e vinte e quatro, a outra pergunta é: caso este assunto não se resolva antes de janeiro de dois mil e vinte e quatro – que na minha opinião não se resolverá –, a Câmara ou o senhor presidente está a pensar nalguma forma de salvaguardar aquelas centenas e centenas, para não dizer milhares, de pessoas que já se inscreveram na rede e que todos os dias me falam nessa matéria, ou pelo menos suspender o pagamento? Se não, gostava de ouvir da palavra do senhor presidente da Câmara qual é a estratégia que tem, se consegue junto da empresa a suspensão desta liquidação em janeiro, porque compreende que é importante para muitos cidadãos, mas gostava de saber qual é o instrumento, a forma, na minha perspetiva, como disse, infelizmente penso que não será ultrapassado.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem a palavra agora a senhora deputada Elisabete Silva.-----**DEPUTADA DO BTF – Elisabete Silva** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----------O ponto dois da ordem do dia destina-se exclusivamente à discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros.-----------As discussões que possam ser feitas à margem desta proposta (com toda a legitimidade por quem as quiser fazer) não passarão de retórica para exposição mediática, porque do ponto de vista político e contratual já tudo foi dito e repetido até à exaustão e com decisões democraticamente exercidas.-----------O que importa aqui salientar, em primeiro lugar, é se esta Assembleia



Municipal está disposta a autorizar o pedido aqui trazido
Pela parte do PSD/BTF/CDS (da coligação Barcelos Mais Futuro) estarão
de certeza, assim como mais membros desta Assembleia Municipal também
estarão, porque estamos certos que esta é a vontade da esmagadora maioria
dos barcelenses
Mas sejamos claros, só há duas soluções dignas de comparação:
A primeira, da autoria do PS, para aquisição de quarenta e nove por
cento do capital da estrutura acionista da Águas de Barcelos, S.A., por cerca de
sessenta milhões de euros e com a contratação de um empréstimo bancário de
cerca de cinquenta vírgula trinta e cinco milhões de euros, aprovado em reunião
de Câmara de quinze de dezembro de dois mil e dezassete e na sessão da
Assembleia Municipal de vinte e três de dezembro do mesmo ano
O empréstimo tinha uma carência de dois anos para amortizar em vinte e
cinco anos. Sem se saber porquê o executivo do PS foi incapaz de executar o
que os órgãos do município, Câmara e Assembleia Municipal, lhe confiaram
A segunda solução é a que estamos agora aqui a discutir onde é
apresentada a autorização de contratação de um empréstimo de médio e longo
prazo de vinte e cinco milhões de euros, sendo dezoito milhões para
indemnização e sete milhões para investimento, com amortização a vinte anos
Comparemos:
Pelo PS:
Empréstimo de cinquenta vírgula trinta e cinco milhões com amortização
em vinte e cinco anos;
O empréstimo era garantido por quatro bancos com variações de spread
entre os dois vírgula vinte e cinco por cento e os três por cento, com taxas de
juro Euribor a seis meses, em média negativas de zero vírgula dois por cento, à
data de quinze de dezembro de dois mil e dezassete



Com este executivo:
Empréstimo de vinte e cinco milhões (menos de metade de dois mil e
dezassete);
Amortização em vinte anos;
As propostas variaram com taxa fixa entre três vírgula nove e quatro por
cento;
Com taxa de juro variável: Euribor a seis meses, à data, quatro vírgula
zero três por cento acrescida de um spread que varia com os seis bancos entre
zero vírgula três e um vírgula nove por cento
Ora, o BCE, enquanto entidade refinanciadora para empréstimos
bancários, tem como taxa de juro atual quatro vírgula cinco por cento,
consideramos que as condições propostas são francamente aceitáveis, com uma
taxa de juro fixa de três vírgula nove por cento, com possibilidade de
amortização antecipada
Portanto, não se compreende muito bem as críticas do PS em reunião do
executivo, quando em dois mil e dezassete foi este partido que aprovou um
empréstimo do dobro deste, e por vinte e cinco anos, com encargos ainda
piores do que os de agora
Aliás, na declaração de voto na reunião de quinze de dezembro de dois
mil e dezassete disseram: "O PSD não suporta que o empréstimo tenha sido
negociado em excelentes condições e que permita que o orçamento municipal
não fique penalizado, ganhando, com isso, a capacidade de investimento e o
bem-estar dos barcelenses"
E ainda na mesma reunião disseram: "A proposta da adenda foi aprovada
na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro
do corrente ano e será, agora, submetida à ERSAR e ao Tribunal de Contas"
Isto foi dito na aprovação do empréstimo de cinquenta vírgula trinta e



cinco milhões de euros em dois mil e dezassete
Agora, na reunião extraordinária de dezassete de novembro de dois mil e
vinte e três, na semana passada, disseram: "A votação contra esta proposta tem
como fundamento o facto de ainda não ser conhecida a resposta da ERSAR, após
a resposta apresentada pelo município às objeções formais e legais anteriores
daquela ERSAR". Acrescentando: "A posição do Tribunal de Contas ainda não se
mostra clarificada em definitivo"
Votaram contra, com argumentos que utilizaram para votarem a favor
em dois mil e dezassete!
Afinal em que é que ficamos? Ainda bem que estas sessões não são
assistidas pelo humorista Ricardo Araújo Pereira, senão tínhamos comentário
em horário nobre da televisão
Por fim, dizer que o BTF votará favoravelmente este ponto dois da ordem
do dia por acautelar os interesses do município e dos barcelenses e credibilizar
os compromissos assumidos por este executivo municipal
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada
Tem agora a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de
Esquerda
<b>DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e
Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público em geral,
Comunicação Social e quem nos vê e ouve via Web
Serve-me para introdução neste ponto o que acabei de ouvir da senhora
deputada, que é interessante como alguém que diz, com uma certa justiça
natural de quem assim afirma, que é inusitado fazer-se qualquer comentário
neste ponto que não seja o referente ao empréstimo que está em causa. E o



que ouvimos da senhora deputada foi, durante este período de tempo, fazer uma comparação com uma proposta do PS que não interessa para nada nem para o caso, ou seja, não tem nada a ver com a proposta que está aqui em causa. Portanto, esta retórica daquilo que se pretende dizer, com o argumento introdutório que é errado, não faz sentido fazer outras observações, cai por terra e por isso eu vou fazer uso desse facto.----------Na verdade, a partir do momento que já foi aprovada a adenda, naturalmente que está aprovado este processo, pelo menos pela maioria, por quem aprovou a mesma adenda, faz parte. Se lá diz que tem um empréstimo a contrair, naturalmente que depois esse empréstimo será aprovado por quem aprovou esta mesma adenda. Portanto, isso é quase que inevitável.-----------Agora, o que me interessa discutir enquanto nome do Bloco de Esquerda nem é a consulta de mercado, não nos compete a nós fazer qualquer consulta de mercado ou analisar as propostas que possam ser entregues, parto do princípio que a aceitação será a melhor proposta na salvaguarda do interesse público, e, portanto, não tenho qualquer meio de desconfiança sobre essa situação, de maneira alguma, nem o pretendo fazer, o que me interessa é discutir duas ou três questões que me parecem pertinentes ao momento.----------Em primeiro lugar, reiterar o que foi dito anteriormente pelo senhor deputado independente Miguel Costa Gomes sobre as dúvidas levantadas, sobre como fazer para no caso, até com alguma naturalidade que possa existir, de não ser aprovada até ao final do ano e não entrar em vigor. Como é que depois daquele gáudio e o regozijo "finalmente resolvemos o problema", como é que isto se vai resolver, caso assim seja? E é pertinente essa dúvida.-------------Assim como é pertinente nós sabermos, eu admito que há uma expetativa, não sendo uma questão de fé, eu admito essa expetativa de que vai ser aprovada até ao final do ano. Mas se não for? E se a ERSAR recusar as



respostas que a Câmara entregou? Qual será a resposta da ERSAR às respostas da Câmara? Isto ainda não há conhecimento. Nós até achamos e considero que as objeções que foram levantadas pela ERSAR não estão respondidas, ou parte dessas objeções, se calhar mais estruturais, não estão respondidas. Portanto, há aqui uma antecipação que eu admito que possa ser até por uma questão de salvaguarda para que no próximo ano possa ficar inscrito, até acho isso legítimo, agora enquanto processo não nos parece ser o mais correto.----------Portanto, as nossas dúvidas subsistem sobre dois aspetos:-----------Um, processual, pelo que acabei de dizer e porque nada está garantido, pelo menos até ao momento não vejo ninguém garantir que essa forma tão linear e taxativa que não seja necessário o visto prévio do Tribunal de Contas. Continuo com essa dúvida e não sei exatamente qual é o esclarecimento que a Câmara poderá dar de uma forma mais evidente, porque o que até agora disse não parece ser de maneira alguma convincente;----------E depois é uma questão de princípios. Ou seja, nós temos que aprender com o passado para termos futuro. E esta é uma frase lapidar que encaixa perfeitamente neste sentido. A gestão da água para nós, Bloco de Esquerda, tem que ser obrigatoriamente pública porque cada vez mais é necessário ter essa gestão, enquadrada inclusive numa resposta de salvaguarda e de defesa do ambiente. Portanto, resgatar o serviço público é uma questão que deve estar em cima da mesa. E eu creio que esta autarquia, que este município, que este executivo nunca colocou esta questão nestes termos, refugiando-se sempre num conjunto de valores. E eu já ouvi valores díspares, nós já aprovámos nesta Assembleia um resgate de setenta e oito milhões, foi aprovado nesta Assembleia, nunca nada foi dito em contrário. Portanto, nunca percebi porque é que esta hipótese não era colocada ou estas hipóteses não podem ser colocadas?! Ou então dizer um valor daqueles muito elevados que depois



naturalmente servem de argumento para se dizer que não é possível. Portanto,
este lado processual é para nós importante. Este lado, digamos, de princípios,
de valores e daquilo que consideramos ser justo e adequado enquanto gestão é
para nós um dado importante a ter em atenção e, por isso, tem todo o
cabimento que seja aqui referido e tem todo o cabimento que, mais uma vez,
seja reforçada esta ideia, esta opinião
A gestão de um bem do qual depende a vida, os ecossistemas, o bem-
estar social não pode ser entregue e mantido na esfera de um estado mínimo,
na conceção do lucro do setor privado. Não pode. Para nós não é sequer
questionável, chamem-lhe até uma questão ideológica, admito que é e é sem
dúvida alguma
A água não é um recurso para mercantilizar
E por isso, como foi dito há pouco, e muito bem, que urge agir na defesa
do Rio Cávado, para nós também urge agir na defesa da água como serviço
público, até porque é do rio que é captada para nós a consumirmos
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos
<b>DEPUTADO DO TB – José Rosa</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,
restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus
Senhores
Sobre o empréstimo, que é isso o que nos traz aqui, nada, absolutamente
nada, a dizer. É a sequência daquilo que foi aprovado e por princípio tenho
confiança nas pessoas que compõem a comissão de análise, são pessoas que
merecem toda a credibilidade e confiança, e estou convencido que fizeram o
melhor em prol do bem comum. Quanto a isso estamos conversados, ou seia.



do ponto de vista técnico não tenho nenhuma dúvida
Aquilo que levou ao empréstimo, ou seja, o acordo, aí já tenho algumas
reservas. E, tal como em vinte e oito de fevereiro e vinte e oito de setembro,
também agora me irei abster e informo já a mesa que apresentarei uma
declaração de voto escrita para ficar na ata
lsto é a democracia a funcionar, por vezes a nossa posição coincide com a
da maioria, outras vezes é divergente, como foi este caso, contudo há que pôr
as coisas em marcha, ainda que contra a nossa vontade as coisas têm que
avançar
Portanto, já vamos na terceira sessão desta Assembleia sobre o tema da
água e aqui surge a minha primeira dúvida. Esta trajetória prevista ou a
trajetória que foi opção do executivo está a decorrer como previsto? Nós vemos
dúvidas constantes seja da ERSAR, seja do Tribunal de Contas, etc., etc., umas
vinculativas, outras não vinculativas, umas mais ou menos, e eu confesso que
tenho as minhas dúvidas, inclusivamente através da mesa da Assembleia meti
um requerimento para pedir as tais respostas que foram na altura as dúvidas
suscitadas pela ERSAR. E a minha dúvida muito concreta é esta: a trajetória está
a correr como previsto ou surgiram pedras no caminho que não estávamos a
contar?
E era só
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Agora tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo
Municipal do CDS
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia, demais Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e
demais Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia Municipal, Minhas



Senhoras e Meus Senhores
Uma vez mais, estamos aqui a falar do chamado "problema da água e do
saneamento"
Já aqui o disseram, urge pôr fim a este assunto!
O executivo municipal vem-nos pedir autorização para a contratação de
um empréstimo que tem por exclusiva finalidade pôr fim ao problema da água e
saneamento, à sua fase litigiosa
O CDS irá acompanhar a proposta ora apresentada votando,
naturalmente, a favor dessa autorização
Sempre o dissemos e defendemos que a resolução do problema da água
e do saneamento poderia passar por um acordo entre concedente e
concessionária, com o eventual prolongamento da concessão, se necessário
É precisamente essa a solução em que se vem trabalhando
Todos estamos de acordo que o problema existe, é uma evidência, é do
conhecimento público
O Partido Socialista, nos doze anos que esteve à frente dos destinos do
concelho, tomou a opção de tentar resolver o problema da água e saneamento
pela via judicial
Todos sabemos para onde nos conduziu essa judicialização
Uma condenação do município a pagar à concessionária de cento e
setenta e dois milhões de euros mais juros
Depois de esgotada a fase contenciosa, o executivo municipal do Partido
Socialista tentou a resolução pela via negocial, sem qualquer sucesso, como o
sabemos
Estando este executivo em vias de resolver o problema da água e
saneamento, pela via negocial, por que motivo é que o Partido Socialista está
contra?



Não foi pela via negocial que o Partido Socialista tentou resolver o
problema da água e saneamento após o insucesso da via judicial?
O que é que defende o Partido Socialista hoje?
O que é que propõe para a resolver este problema?
Ninguém sabe, nem mesmo o próprio Partido Socialista, pois que nada
existe, nada propõe!
Como já o referimos, o CDS está do lado daqueles que querem resolver o
problema da água e do saneamento
E queria aqui fazer um pequeno aparte em relação ao que o senhor
deputado independente Miguel Costa Gomes aqui disse. Eu lembro aqui os
presentes que, apesar do PSD nessa altura ter votado contra o pedido de
empréstimo que o executivo do PS aqui pediu, o CDS absteve-se e esse
empréstimo foi viabilizado. Portanto, o próprio CDS, pela abstenção, viabilizou a
concessão desse empréstimo
O CDS votará, naturalmente, a favor da contratação deste empréstimo
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Nelson Brito, do Partido
Socialista
DEPUTADO DO PS – Nélson Brito – Muito boa noite
Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente da
Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Queria aqui, antes de entrar propriamente no tema, fazer dois
apontamentos:
Um em resposta à senhora deputada do BTF que veio aqui dizer que, a
propósito da posição do PS, isto era tema para o Ricardo Araújo Pereira. Eu



recordo que o BTF já foi a favor, já foi contra e agora... pronto, já teve todas as posições e será talvez a única força política que já teve todas as posições sobre este assunto. Portanto, isso, sim, seria motivo para o Ricardo Araújo Pereira e é bom que ele não esteja a ouvir, senão vocês acabam por ter aqui uma visibilidade adicional.-----------Em relação àquilo que disse o senhor deputado do CDS, urge pôr fim. Com certeza que sim, não a qualquer preço, não a qualquer preço. E esse é também um comentário que queria deixar aqui. E não me alongo mais porque o tempo é curto e a intervenção é única pelos vistos.----------Obviamente que o PS votará contra a celebração deste empréstimo na medida em que é uma peça fundamental para executar o acordo que foi feito pelo executivo com os parceiros privados e contra o qual também nós votámos. Portanto, se o PS vota contra o acordo, naturalmente tem que votar contra uma peça fundamental da execução desse mesmo acordo. Portanto, eu acho que isso não surpreende ninguém, como não surpreende ninguém, como disse aqui o senhor deputado do Bloco de Esquerda, que, enfim, todas as bancadas, todos os deputados sigam neste ponto hoje aquilo que votaram em relação à adenda ao acordo.----------Agora, recordo uma coisa: é que nós estamos aqui a trabalhar na base, no pressuposto de que o acordo vai ser efetivamente homologado e assinado, porque as notícias que saem, e é também em jeito de pedido de esclarecimento que também já foi aqui feito, é saber exatamente o que é que disse a ERSAR sobre as respostas que a Câmara enviou às questões que a ERSAR levantou, o que é que disse o Tribunal de Contas e o que é que diz o TAF de Braga. Eu não sou jurista, portanto, nem sequer vou entrar nessa discussão porque não tenho competência para isso, mas sei fazer perguntas e a pergunta fica: o acordo foi homologado ou não foi homologado? O acordo está em vigor ou não está em



vigor? Porque eu presumo que nenhum banco vai emprestar dinheiro à Câmara se não tiver a certeza absoluta que o acordo está juridicamente em vigor. Portanto, essa é uma questão que também deixo.-----------E depois há agui uma guestão da proposta em concreto. É proposto, se não estou em erro, atribuir a adjudicação ao Banco Montepio na vertente taxa fixa, salvo erro, quatro por cento. Do meu ponto de vista há algumas imprecisões no documento que vem na comparação das propostas na medida em que, por exemplo, nas taxas variáveis, aquelas simulações que lá estão, se não vi mal, e se vi mal fica já aqui o meu pedido de desculpas, porque foi considerado que a taxa variável seria fixa ao longo de todo o prazo do contrato à taxa variável de hoje. Ora, se é uma taxa variável com certeza que não vai ser uma taxa fixa. Ora, comparar uma proposta de taxa fixa com uma taxa variável, que é pura e simplesmente fixada somando o spread ao indexante naquela data, não é a meu ver correto e enviesa o resultado. Porque se nós formos ver as expetativas de taxas Euribor para dois mil e vinte e quatro já há expetativas de redução dessas taxas. O que quer dizer que muito provavelmente a taxa variável com o spread vai produzir uma taxa de juro global do contrato inferior à taxa fixa que aqui se propõe adjudicar. Isso é importante! Porque para vinte e cinco milhões de euros é importante termos aqui uma noção de que cada ponto percentual da taxa de juro representa duzentos e cinquenta mil euros que o município poderá ter que pagar a mais ou a menos ao banco. E a minha perspetiva, por isso é que estou a dizer salvaguardo que possa ter analisado mal, e não tenho problema nenhum em assumir aqui se cometi esse erro, mas a minha perspetiva é que o que se devia fazer era adjudicar uma taxa variável, porque existe a opção de reembolso antecipado sem qualquer penalização para o município, e aquilo que está a ser feito é garantir já uma taxa de quatro por cento, quando nós podemos vir a muito breve prazo, ainda em dois mil e vinte e



quatro, ou que seja em dois mil e vinte e cinco, ter uma taxa de juro inferior a
quatro por cento, e tê-la por um período longo. E quando a taxa eventualmente
subisse aí, sim, exercia-se o reembolso antecipado e mudava-se para outro
contrato de financiamento
Portanto, esta é a perspetiva que eu queria aqui deixar para a
consideração do executivo e, caso obviamente mereça essa análise, acho que
ainda vai a tempo de eventualmente poder merecer uma reapreciação da
decisão que aqui está proposta para ser tomada por esta Assembleia. Era isto
que eu queria também deixar
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado do Chega, António Jardim
<b>DEPUTADO DO CH – António Jardim</b> – Boa noite, Senhor Presidente da
Assembleia, Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público,
Comunicação Social e todos aqueles que nos acompanham via Web
A solicitação aqui apresentada pelo executivo para a contratação de um
empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante máximo de vinte
e cinco milhões de euros é para colocar um ponto final na adenda ao contrato
da concessão da água, aprovado nos dois pontos em discussão na sessão
extraordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três
Relembramos que em vinte e oito de setembro houve uma revisão aos
dois pontos que foram novamente aprovados
Hoje o PS estará certamente feliz, pois não podemos esquecer que foram
os grandes obreiros da dívida em que se encontra o Município de Barcelos e
digo isto porque só quando estiver o processo concluído é que podemos dizer
que vamos virar uma página política em Barcelos



O Chega neste ponto vai manter-se numa posição neutra, assim como o
fizemos aquando da votação em vinte e oito de fevereiro e também na revisão
em vinte e oito de setembro. Para a nossa tomada de posição será importante
verificarmos que em dois mil e quatro foi efetuado um péssimo contrato, já aqui
assumido pelo presidente em exercício, e para mal dos barcelenses
Mas o pior foram mesmo os doze anos de executivo socialista, que ao
tomarem várias decisões, ou melhor dizendo, muitas indecisões, colocariam os
cofres do município e os barcelenses numa autêntica bancarrota, ou seja, à boa
moda socialista
Já elogiámos a postura do atual executivo neste processo, mas
recordamos que no nosso entender não foi feito tudo o que seria necessário
para bem dos barcelenses. Pois enquanto houver uma família barcelense sem
acesso à água não poderemos ficar descansados
Segundo o Partido Socialista, o que pode ser discutível é o facto de ainda
não existir uma posição final da ERSAR
Para o Chega o que pode ser discutível é a decisão do Tribunal
Administrativo e Fiscal de Braga, que terá de validar o contrato da resolução do
litígio. Assim sendo, prevê-se então que o próximo orçamento municipal seja
também baseado em pressupostos, ficaremos a aguardar
Senhor presidente, lanço-lhe algumas questões:
Partindo do princípio que o TAF valida o contrato, pode indicar-nos o que
será feito no imediato e quais as prioridades do executivo relativamente à
cobertura na ligação da água, ou seja, já estão definidos os locais onde se
iniciam as obras de ampliação da rede de abastecimento?
A empresa concessionária está preparada para iniciar a implementação
da rede no imediato?
A previsão inicial quanto à taxa de cobertura vai sofrer alterações ou está



dentro dos tempos previstos, isto é, até ao momento já se regista algum tipo de
atraso ou não?
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora, para encerrar as intervenções dos grupos municipais, o
senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata
<b>DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente
da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores,
Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e de
Uniões de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos
aqueles que nos seguem via Web
Encontramo-nos nesta Assembleia Municipal a discutir e votar a proposta
do executivo para a realização de um contrato de empréstimo, de médio e
longo prazo, no valor de vinte e cinco milhões de euros, para o financiamento
do acordo relativo ao contrato de concessão de água e saneamento, no
concelho de Barcelos
Desses vinte e cinco milhões de euros do empréstimo, dezoito milhões
destinam-se a pagar a indeminização prevista no acordo da água, e sete milhões
para financiar investimento em instalação de rede e na construção de ETAR´s,
nomeadamente em diversas freguesias do concelho ainda muito carenciadas ao
nível destas infraestruturas. O acordo da água alcançado permitirá que Barcelos
atinja uma taxa de cobertura de quase cem por cento na água e mais de oitenta
por cento no saneamento, recuperando do atraso a que foi deixado durante
doze anos de governação municipal do Partido Socialista
Não esquecemos, os barcelenses jamais esquecerão, que a judicialização
do dossier da água, realizada pelo Partido Socialista, para além dos elevados



custos financeiros, originou ainda, por via da suspensão dos investimentos na
rede, um gigantesco custo social e na saúde pública do concelho, pois ainda
hoje mais de metade dos barcelenses continuam sem saneamento básico e em
vinte e três freguesias não existe ainda um único metro de rede instalada
O Partido Socialista continua a votar contra mas não apresenta uma
única alternativa para resolver o problema que criaram. Continuamos todos
sem saber, os barcelenses continuam sem saber qual a alternativa credível que
o Partido Socialista tem para resolver o problema do dossier da água e o seu
financiamento
Deixaram como herança uma dívida monstruosa de duzentos e vinte
milhões de euros derivada da gestão errática e meramente eleitoralista que os
executivos socialistas sempre tiveram no dossier da água. Com avanços e
recuos, oscilando entre a renegociação do contrato, o resgate do contrato e a
aquisição do capital da empresa Águas de Barcelos, mas nenhuma dessas
opções tiveram capacidade de implementar
O Partido Socialista continua a preferir que a concessionária execute a
sentença e o município fique numa situação de falência e sob assistência
financeira e sem capacidade de poder investir e apoiar as juntas de freguesia
durante as próximas décadas, comprometendo seriamente o desenvolvimento
do concelho
Um exercício interessante é analisarmos a proposta de financiamento
apresentada pelo Partido Socialista em dois mil e dezassete e compará-la com a
atual proposta de financiamento. A atual proposta de financiamento é muito
melhor do que a de dois mil e dezassete em todos os níveis, pois apresenta:
Menos montante de endividamento;
Menos duração do empréstimo;
Menos taxa de iuro:



Menos montante global a pagar;Menos montante global a pagar
E continua a permitir a amortização antecipada do empréstimo
Senhor deputado Nélson Brito, aconselho-o a ler melhor a proposta,
porque a única proposta que não permite pagamento antecipado do
empréstimo foi excluída. Era precisamente uma proposta com taxa fixa que não
permitia o pagamento antecipado do empréstimo, mas foi excluída. Ora, a que
foi aceite permite o pagamento antecipado do empréstimo, o que significa que,
se a Euribor tiver um comportamento em baixa, permite-nos pagar a
amortização deste empréstimo e contrair um em condições melhores. Eu
lembro-me perfeitamente, o senhor deputado Nélson Brito, não foi deste lado,
foi daquele, que a bancada estava daquele lado, a forma como defendeu
acerrimamente a proposta de dois mil e dezassete. E a grande bandeira quer do
senhor deputado Nélson Brito, quer do ex-presidente da Câmara, senhor
deputado Miguel Costa Gomes, era a possibilidade de pagamento antecipado
do empréstimo. Pois o que na altura, em dois mil e dezassete, era a grande
vantagem, hoje passou a ser uma desvantagem. Esta proposta é bem diferente
da proposta de dois mil e dezassete, senhor deputado independente Miguel
Costa Gomes
Dado o nervosismo da bancada do PS, tenho um mapa que desenvolvi do
estudo comparativo das duas propostas de financiamento, que poderei facultar
à bancada do Partido Socialista para, da próxima vez, se prepararem melhor
para o debate político
Por isso é que o Partido Socialista pouco fala da proposta de
financiamento e continua a querer falar mais da ERSAR e do Tribunal de Contas.
Mas, em relação ao Tribunal de Contas, o mesmo já referiu que não é
necessário dar parecer sobre a minuta do contrato. Em relação à ERSAR, vamos
ficar atentos, todos os barcelenses ficarão atentos, à posição do Partido



Socialista, o que ira dizer o Partido Socialista sobre a ERSAR quando aqui vier a
discussão as taxas sobre os resíduos
E para terminar, senhor presidente, pelo exposto, a bancada do PSD
votará, naturalmente, a favor da proposta de financiamento apresentada
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor presidente da Câmara
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Renovo os cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhora e Senhor Secretários, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e
Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes
de Junta e de União de Freguesias, Caro Público, Comunicação Social e todos os
que nos seguem pela Internet
Naturalmente dizer-vos que assisti com muito agrado a toda esta questão
relativa à proposta que apresentámos de empréstimo e que resulta apenas e só,
como aqui foi dito também por quase todos, porque em setembro último, em
sede de reunião de Câmara e em sede de Assembleia Municipal, foi aprovada a
terceira adenda ao aditamento do contrato de concessão de exploração de água
e saneamento pela Águas de Barcelos. Naturalmente que nesse acordo
resultava que a Câmara Municipal teria que fazer um pagamento
indemnizatório na ordem dos dezoito milhões de euros e ficou responsável por
fazer investimentos na ordem dos sete milhões de euros. E aproveito para
começar a responder a algumas das questões aqui levantadas
Naturalmente que sabemos, senhor deputado do Chega. Começarão as
obras para a expansão da rede naturalmente logo após a validação, através de
sentença homologatória, do acordo pelo TAF de Braga. Naturalmente que,
como está absolutamente inscrito no acordo, há obras que competem à



concessionária e há obras que competem ao município. As obras que competem ao município, também aqui nesta proposta estão bem definidas, têm a ver com a ETAR em Fragoso e com as obras de rede em Aldreu, Palme e Fragoso.------------Respondendo ao senhor deputado José Maria Cardoso, naturalmente que nós, e eu disse-o em fevereiro de dois mil e vinte e três e em setembro repeti-o, equacionámos no início das negociações todas as hipóteses em cima da mesa: a aquisição completa, o resgate e a negociação. Naturalmente que tivemos que nos socorrer de estudos e apoiámo-nos nos estudos. Inclusive no estudo, como eu aqui já disse em Assembleia Municipal, que o executivo socialista fez já no final do mandato e que, relativamente ao resgate, dizia que os valores eram na ordem dos duzentos e trinta milhões de euros. para além de isso ser absolutamente inexequível, teria também uma agravante que nós não poderíamos aceitar, que era: iria diminuir o investimento e iria condicionar o futuro de Barcelos por largas décadas. Portanto, não era possível fazê-lo.-----------Chegámos ao acordo possível e tanto falaram na ERSAR que se esqueceram de uma parte importante no relatório da ERSAR ou no parecer da ERSAR. O parecer da ERSAR diz taxativamente que ainda bem que não foi feito o acordo proposto pelo executivo socialista em dois mil e dezoito, porque desse acordo resultaria um prejuízo incrível para os cofres municipais e para os munícipes. E também diz lá que este acordo que nós propusemos permite pôr fim a um litígio de muitos anos e também simultaneamente permite recuperar um investimento que tão preciso é.----------E aqui, respondendo ao senhor deputado Miguel Costa Gomes, dizer-lhe que gostei de o ouvir dizer que milhares de pessoas já se ligaram à rede. Está a ver a falta que fazia resolver o problema da água? Doze anos e não resolveu o problema da água? Doze anos! E as pessoas ainda sem o acordo concluído já, milhares, se ligaram, porque efetivamente é uma necessidade importante. Mas



quero sossegá-lo, esteja perfeitamente descansado que ninguém vai ser executado em janeiro de dois mil e vinte e quatro. Porquê? Porque, primeiro, confio que o acordo será concretizado em tempo. Em segundo lugar, mesmo que tal não venha a acontecer, haverá o bom senso de ambas as partes – e eu já acautelei essa questão - para que essa situação não ocorra. Portanto, não haverá qualquer penalidade para os munícipes que, e bem, se ligaram, porque era fundamental aproveitar uma rede instalada que durante doze anos, repito, doze anos, ficou obsoleta e sem utilidade, porque efetivamente o Partido Socialista não soube ou não quis que houvesse essa ligação.---------Quanto à questão que também foi levantada aqui pelo deputado Nélson Brito, obviamente que eu concordo com ele, não pode ser a qualquer preço, sem duvida, por isso é que nós fizemos uma proposta melhor à que vocês apresentaram. E recordo-lhe as suas frases quanto à nossa declaração de voto na altura. Dizia, a páginas tantas, o seguinte: "Desafio aqui o PSD a demonstrar em que se baseia para dizer que existe um risco considerável depois de dois mil e vinte e cinco a taxa de juro do contrato poder chegar aos cinco ou seis por cento. E porque não sete ou oito por cento...? E porque não dois ou três...? A taxa é exatamente isso, é variável. Mas desafio mesmo. (...) A não ser que o PSD tenha dotes adivinhatórios, a taxa não vai subir". Afinal subiu. Afinal subiu! Afinal subiu!----------E isto vem a propósito de quê?----------Respondo assim já aos dois, ao deputado Miguel Costa Gomes e ao deputado Nélson Brito. Nós votámos contra exatamente por três questões que objetivamente lá colocámos, são os requisitos fundamentais:----------Os vinte anos em vez de vinte e cinco anos. E porquê os vinte anos como nós agora propomos? Porque um estudo mandado fazer pelo executivo anterior à ReportMaxi apontava que a melhor proposta seria um empréstimo na ordem



dos vinte anos, penalizava menos os cofres municipais. Daí nós termos perguntado porque é que o Partido Socialista na altura, em vez de acolher as recomendações de um estudo que mandou fazer, fez para vinte e cinco anos.---------Outra preocupação que nós aqui também acautelámos foi que o empréstimo não fosse para além do prazo contratado que nós propomos. Nós propomos uma extensão de mais vinte anos ao contrato de concessão, naturalmente fizemos com que esse empréstimo terminasse antes dessa -----E um terceiro tem a ver exatamente com a exposição à flutuação dos juros bancários. E como bem disse, tecnicamente melhor do que eu, o deputado Alexandrino Ribeiro, esta proposta permite-nos, caso venha a acontecer, daqui a três, quatro, cinco, dez anos, uma melhoria significativa de taxa de juro, que nós possamos renegociar o empréstimo de forma a acautelarmos melhor os cofres municipais. Isto chama-se boa gestão.-----------Depois disse outra coisa engraçada: "Como é que os bancos aprovam um acordo que não foi homologado?!". Vocês apresentaram duas vezes, em dois mil e dezassete e dois mil e dezanove, dois empréstimos e não concretizaram o acordo. Sabem qual é a grande diferença? Vocês apresentaram três propostas e nenhuma delas executaram. Fizeram uma proposta, como foi dito aqui pelo senhor deputado José Maria Cardoso, de resgate, foi aprovada em Assembleia Municipal, não concretizaram. Houve a oportunidade de adquirir setenta e cinco por cento do valor da concessão por trinta e cinco milhões de euros, não o fizeram. Tiveram a oportunidade também de fazer um acordo em dois mil e dezassete com cinquenta e um/quarenta e nove, não o concretizaram. E agora vêm dizer que os bancos, enquanto não houver homologação, não emprestam? Não é verdade. Emprestarem, emprestam. O que nós, e bem, dizemos aqui é que o empréstimo é utilizado para este fim e só exclusivamente para este fim:



indemnizar quando o acordo estiver homologado. Portanto, isto nem é uma questão, não sei porque o referiu, mas nem sequer é uma questão que se possa colocar. Mas dizer que efetivamente falharam no acordo, falharam no empréstimo uma, duas, três vezes. Nós vamos conseguir fazer o acordo e vamos conseguir fazer o empréstimo. Porquê? Porque é um desígnio para Barcelos, é importante para Barcelos.----------Quanto à questão da ERSAR que vocês sempre estão muito preocupados. Quero dar-vos nota que nós respondemos à ERSAR em todos os pontos não concordando legitimamente com a opinião que a ERSAR colocou e explicando, explicando com pareceres. As duas questões mais sensíveis que a ERSAR coloca têm a ver com a extensão do prazo em mais vinte anos e a ida ou não a visto prévio do Tribunal de Contas. Nas duas guestões temos pareceres consistentes, como eu aqui disse na reunião de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, dos professores Lino Torgal, Sérvulo Correia e João Amaral e Almeida, que são, nesta matéria administrativa, sumidades, e os três na mesma linha. Aliás, desafio o Partido Socialista nessa Assembleia Municipal a encontrar-me um acórdão ou um parecer de um qualquer professor, doutor, que viesse dar um parecer no sentido contrário a este. Até hoje. É porque não há. Nós também fizemos o trabalho de casa e procurámos. Mas mesmo assim, eu disse e mantive-o, independentemente de termos pareceres a dizer que não era necessário enviar para o Tribunal de Contas, para visto prévio, nós para descansar, acautelar e porque eu acho, repito o que disse em vinte e oito de setembro, acho fundamental não restar qualquer dúvida, ser a forma mais transparente possível, para que todos nós nos sintamos confortados, para que os barcelenses percebam que todos os passos, mesmo aqueles que – a oposição - quiseram inquinar ou intoxicar ou manipular a comunicação para que os munícipes pudessem efetivamente estar sossegados, e enviámos a minuta.



Recebemos o parecer do Tribunal de Contas, devolveu-nos, que não precisava do visto do Tribunal de Contas relativamente às minutas. O que é que fizemos? Assinámos o contrato a semana passada com a escritura pública e enviámos para o Tribunal de Contas para eles se pronunciarem.----------Quanto ao TAF, tivemos uma sessão no dia vinte e cinco de outubro e naturalmente os nossos advogados colocaram a questão ao senhor juiz presidente, dando-lhe nota de que iríamos pedir naturalmente o visto prévio e ele de uma forma avisada naturalmente disse: "Então aguardo esse parecer e depois fazemos a homologação da sentença". Isto é claro, transparente e sem qualquer dúvida de entendimento. Portanto, estamos muito confortáveis, temos pareceres robustos. Obviamente a minha confiança advém destes pareceres robustos e dessa sustentação que nos é dada por estes pareceres, naturalmente. Estou muito confiante que o parecer em tempo será dado e também que o TAF de Braga, em tempo, possa validar este acordo.------------Quanto à questão que nos traz aqui hoje, que é do empréstimo, dizer-vos que tecnicamente, se quiserem mais alguma questão, o senhor vereador José Paulo Matias poderá esclarecer. Aquilo que me colocaram não me parece que tenha mais qualquer tipo de dúvida. Ah, o senhor deputado José Rosa perguntou se havia dúvidas constantes e se estava tudo a correr bem. Está tudo a correr bem, está tudo a correr como o previsto, aguardamos uma decisão do Tribunal de Contas se efetivamente é necessário ou não o visto e, se for necessário o visto, se emite o visto, naturalmente. Portanto, quando isso acontecer recorremos ao TAF para fazer a aprovação do acordo.----------Quanto à questão da ERSAR, para finalizar. A ERSAR apresentou um conjunto de recomendações e colocou algumas questões. Como eu disse, as duas questões que colocou mais pertinentes ou mais suscetíveis de criar algum desconforto foram essas: a extensão do prazo e o visto do Tribunal de Contas. O



visto do Tribunal de Contas sera resolvido pelo proprio Tribunal de Contas.
Quanto à extensão, naturalmente sendo visado ou sendo homologado o acordo
essa questão também fica sem qualquer tipo de problema, qualquer tipo de
dúvida ou qualquer tipo de melindre
Portanto, estão reunidas as condições e assim espero que votem
favoravelmente porque estamos a contribuir, como disse aqui, e bem, o senhor
deputado Miguel Costa Gomes, para que mais, milhares de barcelenses, se
liguem à rede de água e saneamento e possam usufruir de água e saneamento,
que durante doze anos estiveram impedidos
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara
Vamos então passar à votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e
longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, ao
Montepio, nos termos da proposta, para assunção de compromissos resultantes
da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de
Barcelos, S.A
Vou então colocar à votação!
Quem vota contra?
(Dezasseis: catorze PS, dois BE)
Quem se abstém?
(Sete: três CH, dois PS, dois TB)
Quem vota a favor?
(Noventa e cinco: trinta e dois PS, trinta e quatro PSD, vinte e dois BTF,
dois CDS, cinco IND)
Esta proposta está aprovada por maioria com noventa e cinco votos a
favor, dezasseis votos contra e sete abstenções e reúne a maioria dos



deputados em efetividade de funções
Vamos passar ao ponto número três da ordem do dia: discussão e
votação da proposta da Câmara Municipal relativa às minutas de Adenda ao
Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o
Município de Barcelos e as Freguesias/Uniões de Freguesia identificadas na
mesma, que têm por objeto regular o financiamento da aquisição de
combustível a utilizar no transporte de crianças e alunos do EPE e Primeiro
Ciclo, durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro
Inscrições!
Não há inscrições
Vamos então votar esta proposta!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
A proposta está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e
quatro PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND)
Vamos passar ao ponto quatro da ordem de trabalhos: discussão e
votação da proposta da Câmara Municipal referente à minuta de Adenda ao
Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o
Município de Barcelos e as Freguesias da Ucha e Martim, atinente ao Programa
de Cinoterapia (Patinhas vinte e um – Intervenção Multidisciplinar com cães),
durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro
Inscrições para este ponto!
Não havendo inscrições, vamos passar à votação!
Quem vota contra?
(Ninguém)



Quem se abstém?
(Ninguém)
Está aprovada por unanimidade nos exatos moldes da votação anterior
(quarenta e oito PS, trinta e quatro PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois
CDS, dois BE, cinco IND)
Ponto cinco: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
respeitante à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação
de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da
Várzea, relativa ao Programa Terapêutico e Hipoterapia e/ou Hidroterapia,
durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro
Inscrições!
Vou então colocar à votação!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está também aprovada por unanimidade com a presença em auditório
dos mesmos deputados da votação anterior (quarenta e oito PS, trinta e quatro
PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND)
Ponto seis: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de
Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o
Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias
Inscrições para este ponto!
Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega
<b>DEPUTADO DO CH – António Jardim</b> – Senhor presidente, na sua pessoa renovo
os cumprimentos aos presentes



A delegação de competências entre o município, o agrupamento de
escolas e as freguesias/uniões de freguesias de Barcelos, e tal como vem sendo
hábito nestas valências, terá o voto favorável do Partido Chega
Contudo, tenho de deixar um alerta ao executivo
Senhor presidente, tem conhecimento que os refeitórios que servem as
refeições às crianças e jovens barcelenses não cumprem com o serviço
contratado?
Tem conhecimento que a empresa contratada não tem comida
suficiente, nem sobremesa, nem pão para todos os alunos?
Os legumes são escassos e de qualidade dúbia, a sopa em quantidade
muito reduzida e sem ingredientes
Tenho um exemplo daquilo que se passa nas nossas escolas nos dias de
hoje
Senhores deputados, são os vossos familiares que frequentam estas
escolas, aceitam que assim seja?
Acontece um pouco em todas as escolas, a título de exemplo: a escola
Abel Varzim, a escola de Lijó, a escola de Manhente, a escola do Rio, etc
Indico-lhe uma exceção: a Secundária de Barcelinhos. E porque será? É
de fácil resposta, tem serviço próprio de cozinha e não depende dos contratos
Na próxima sessão, e caso o executivo nada faça, o Chega vai requerer a
anulação do contrato com a empresa contratada e sugerir que o executivo lance
um novo concurso, os nossos filhos e netos que frequentam as escolas do nosso
concelho merecem mais
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora o senhor deputado Paulo Alves, do Partido Social
Democrata



**DEPUTADO DO PSD - Paulo Alves** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesias, Caros Colegas Deputados Municipais, Comunicação Social e Público aqui presente.----------"A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário", artigo segundo da Lei número cinco/noventa e sete, de dez de fevereiro.------------A educação pré-escolar é, como sabemos, constituída por duas vertentes distintas, uma de educação pré-escolar letiva, gratuita, e outra socioeducativa de apoio à família, que é comparticipada.----------Ora bem, decorrente desta informação, o município tem por competência a comparticipação destas verbas para que as AAAF's (Atividades de Animação e Apoio à Família) aconteçam com normalidade e cheguem a todas as nossas crianças.----------Sucede que só nos últimos dois anos, com a entrada deste executivo, é que se cumpre com o disposto no despacho número onze mil, duzentos e trinta e sete/dois mil e quinze, dois mil e quinze, vejam bem, considerando-se onze meses para o apoio previsto e não dez como era prática.-----------Mais, via orçamento municipal, este executivo deliberou ainda, de forma a desonerar a comparticipação das famílias, um apoio às entidades gestores (juntas de freguesia, associações de pais e IPSS'S) para as crianças nos três primeiros escalões de quarenta euros para o escalão A, vinte euros para o



escalão B e dez euros para o escalação C
Para este executivo o apoio às famílias não é mera retórica. São medidas
como estas que têm efeito no dia-a-dia e na carteira dos nossos munícipes
Como disse aqui na última Assembleia, transparência, rigor e critério são
os princípios que norteiam todas as decisões que este executivo toma
Pelo exposto, a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
O senhor presidente da Câmara deseja usar da palavra?
PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, a senhora vereadora vai usar da
palavra
VEREADORA DA COLIGAÇÃO – Mariana Carvalho – Muito obrigada, senhor
presidente
Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes
Bem, embora o que esteja aqui em causa é esta adenda ao acordo com
as juntas de freguesia, eu gostaria muito de conseguir responder ao senhor
deputado António Jardim porque, embora seja uma questão absolutamente
lateral àquilo que nos traz aqui, acho que nos preocupa a todos, preocupa-me a
mim muito enquanto vereadora da educação e preocupa-me a mim enquanto
mãe porque também tenho filhos a estudar nas escolas públicas
Sendo assim, eu lamento profundamente que esta questão tenha sido
trazida aqui e que não tenha sido enviado um email para a Câmara Municipal
para aferir esta questão, porque podemos ter perdido alguns dias, senão mais
tempo, segundo informações que tenho
Naturalmente nós não conseguimos estar nas noventa e nove escolas,
mas temos tido uma presença muito ativa sempre que há registos desta
natureza e que nos fazem o favor de enviar



A empresa naturalmente tem um caderno de encargos a cumprir e
cumpre-nos naturalmente fiscalizar. A fiscalização é feita pela nutricionista do
município, quadro esse que está a ser reforçado agora para estarmos muito
mais presentes nas escolas. E, portanto, nós queremos continuar a ter esta
fiscalização muito permanente, com visitas surpresa aos refeitórios, às cantinas,
para assegurar que efetivamente a qualidade das refeições são inteiramente e
integralmente cumpridas
Era este esclarecimento que queria dar e agradeço muito que o senhor
deputado me deixe ficar o registo que aí tem e que poderia ter enviado logo que
teve esse conhecimento, que é para isso que aqui estamos
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora vereadora
Terminamos este ponto seis, vamos passar à votação!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está aprovado por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e um PSD,
vinte e dois BTF, cinco IND, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE)
Vamos ao ponto sete e ao ponto oito, uma proposta para discussão
conjunta, votação separada
Ponto sete: discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao
Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos
Ponto oito: discussão e votação do Regulamento do Município de
Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente
Inscrição para estes dois pontos!
Tem a palayra o senhor deputado Nuno Martins, do Partido Socialista,



<b>DEPUTADO DO PS – Nuno Martins</b> – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora
Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras
Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,
Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social, Barcelenses
Os regulamentos apresentados pela Câmara Municipal terão da parte do
Partido Socialista uma votação favorável, tratando-se de instrumentos de ação
já existentes e que devem ser revistos à luz da realidade social existente
Uma vez que a área em causa nestes regulamentos diz respeito à
habitação, queremos, a este propósito, voltar a questionar o executivo
municipal quanto à execução das ações previstas na Estratégia Local de
Habitação, cuja revisão foi aprovada por esta Assembleia há quase um ano
Numa altura em que se sucedem os programas governamentais de apoio
à habitação e em que os municípios multiplicam investimentos e focam as suas
políticas nesta área, é importante saber o que é que o Município de Barcelos
está a fazer para que o nosso concelho esteja, pelo menos, a par dos municípios
vizinhos
Viana do Castelo, por exemplo, duplicou, recentemente, o valor da sua
Estratégia Local de Habitação para cinquenta e um milhões de euros; Vila Nova
de Famalicão tem um conjunto de ações previstas na área da habitação no valor
de sessenta e dois vírgula cinco milhões de euros
Por cá, o que é que temos?
Uma Estratégia Local de Habitação com uma verba prevista de vinte e
cinco vírgula quatro milhões de euros, ou seja, metade da verba de Viana do
Castelo e cerca de quarenta por cento da de Famalicão
E o que é que sabemos?
Que a revisão da Estratégia Local de Habitação reforçou – e bem – o
número total de agregados familiares abrangidos: que passou a incluir a



componente aquisição de terrenos mais construção; que incluiu um novo
"parceiro institucional", a Santa Casa da Misericórdia de Barcelos
Quanto ao resto pouco ou nada sabemosQuanto ao resto pouco ou nada sabemos
Não sabemos se vai haver financiamento integral por parte do PRR, como
se propôs a Câmara Municipal
Não sabemos o que está a ser executado deste programa fundamental e
estruturante para o concelho de Barcelos, quais os projetos específicos ou quais
os planos do executivo quanto ao alargamento deste programa e, muito menos,
a sua política de investimentos na construção de habitação social
Como já aqui referimos, o silêncio e o desconhecimento à volta deste
assunto preocupa-nos!
É que estamos a falar de um investimento público por parte do Estado
inédito no concelho, superior a vinte e cinco milhões de euros, que tem de estar
executado dentro de três anos
Ora, dada a habitual dificuldade deste executivo em cumprir prazos e
orçamentos nas obras sob a sua responsabilidade, alertamos para que não se
repitam as derrapagens que atualmente se verificam em obras com
financiamento europeu
Reafirmamos que o PS não tem dúvidas nem estados de alma quanto ao
apoio público à habitação
Como já aqui referimos, é necessário que a tónica das políticas públicas
de habitação se concentre numa visão constitucionalmente consagrada
enquanto direito universal
A construção de um serviço público de habitação passa pela promoção
de uma resposta pública centrada nos que mais necessitam, mas também nos
agregados de rendimentos intermédios, assumindo, como os restantes direitos
sociais. uma vocação universal



A visão do Partido Socialista defende também que os jovens devem ter
respostas habitacionais, uma vez que o problema da habitação é um dos
maiores bloqueios à sua emancipação e realização pessoal
É por isso necessário ir mais longe e dar resposta a todos, aos que
estudam e aos que trabalham e que lutam todos os dias para ter uma vida
melhor
Cabe à administração central e aos municípios, em articulação e através
da criação dos seus próprios programas municipais de apoio ao acesso à
habitação, encontrar soluções estruturais
Deste modo, torna-se imperativo que o município execute efetivamente
a Estratégia Local de Habitação e promova políticas de habitação que permitam
alargar esta estratégia e implementar novos investimentos nesta matéria
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora o senhor deputado José Padrão, do PSD
<b>DEPUTADO DO PSD – José Padrão</b> – Cumprimento o Senhor Presidente e os
Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e
Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Deputados Eleitos,
Público, Comunicação Social
Sobre os assuntos em discussão no ponto sete e oito desta ordem de
trabalhos, tratam-se de regulamentos já existentes, mas que este executivo
pretende aprimorar, tornando-os mais atualizados e equitativos
Sobre o Regulamento de Apoio ao Arrendamento Habitacional, tem por
objetivo definir e clarificar as regras e procedimentos para quem é elegível ao
apoio
Pretende este executivo contribuir para uma melhor integração social
das famílias barcelenses através de uma alternativa à tradicional de habitação



social
As alterações mais relevantes são:As alterações mais relevantes são:
Permitir a possibilidade de arrendamento do quarto;
O rendimento considerado passou a ser o mensal líquido em vez do
bruto, para evitar a dupla penalização das contribuições e impostas;
Permite ao candidato deduzir em cinquenta por cento despesas relativas
ao consumo de água, eletricidade, gás, despesas de saúde, na fórmula de
cálculo;
Nas condições de acesso baixa a percentagem do rendimento mensal <i>per</i>
capita de oitenta para setenta e um ponto cinquenta e seis por cento,
abrangendo assim mais pessoas
Para usufruir deste apoio o município comparticipa até setenta e cinco
por cento, o restante teria que ser o beneficiário a suportar. Agora abre a
possibilidade a quem não tenha rendimentos próprios esses poderem ser
obtidos através do apoio de um familiar
Sobre os limites do valor da renda mensal, passamos a fazer remissão
para a portaria número cento e setenta e seis/dois mil e dezanove, de seis de
junho. Assim, os valores em vez de fixos passam a ser atualizados através desta
portaria
No anterior regulamento referia-se aos requerentes maiores de sessenta
e cinco anos. Agora abrange pensionistas por velhice e/ou invalidez
Para além disso, regula o rendimento per capita até aos cento e quinze
por cento do IAS (indexante a apoios sociais), passando assim a abranger mais
pessoas
Sobre o Regulamento de Apoio à Habitação Própria e Permanente, o
objetivo é colmatar as desigualdades sociais, conferir dignidade, salubridade e
conforto a muitas famílias que vivem em habitações com pouças condições.



respeitando as disposições contidas no artigo sessenta e cinco, número um e
número dois, da Constituição da República Portuguesa
Neste regulamento o critério de apuramento passou a ser o rendimento
líquido em vez de bruto, mais uma vez
Na anterior redação eram considerados trabalhos de ampliação,
reconstrução e construção. Agora acresce a conservação
Ainda neste artigo foram alteradas as áreas de tipologia para áreas mais
atuais e proporcionais
Nas modalidades de apoios a comparticipação passou do máximo de sete
mil e quinhentos euros para doze mil e quinhentos e na alínea b) de quinze mil
para vinte mil
No artigo nono, alínea h), sobre as condições de acesso, a retribuição do
apoio do IAS baixou o rendimento máximo de oitenta para setenta um ponto
cinquenta e seis por cento
No artigo décimo, número um, na fórmula de cálculo do rendimento
mensal per capita, passam a ser aceites despesas de eletricidade, água e gás
No processo de candidatura o artigo treze, número três, alínea e) é
retirada a obrigatoriedade de prévia permanência no concelho de dois anos
E no artigo dezoito prevê a existência de um contrato para formalizar e
aumentar o compromisso entre as partes
Analisando este regulamento facilmente percebemos a preocupação
deste executivo com a problemática da habitação social e fica aqui evidente o
compromisso em garantir moradia digna para todos os cidadãos, refletindo um
esforço coletivo na promoção da equidade e inclusão da comunidade
Por estes motivos, naturalmente votaremos a favor
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de



Esquerda.-----**DEPUTADO DO BE - Miguel Martins** - Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora e Senhor Secretário da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesia, Público aqui presente e também quem nos segue via Web, Comunicação Social aqui presente.----------Relativamente aos regulamentos em apreço, nos pontos sete e oito, nomeadamente os Regulamentos Municipais de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos e de Apoio à Habitação Própria e Permanente, obviamente que o Bloco de Esquerda está favorável a ambos os regulamentos apresentados.----------Consideramos que é essencial responder às pessoas, principalmente aquelas que se encontram em maior situação de vulnerabilidade social, principais vítimas às mãos de um mercado habitacional selvagem e sem qualquer regulamentação.-----------Ainda assim, gostaria de relembrar alguns dados rapidamente, nomeadamente dados do Banco de Portugal, referentes ao facto de que o preço de compra de casas duplicou e o arrendamento custa mais cinquenta por cento no nosso país, e isto apenas na última década.-----------Ou seja, perante uma crise inflacionária sem precedentes face a um aumento do custo de vida extremamente elevado, nós temos as pessoas do país, as pessoas de Barcelos, com rendimentos insuficientes para fazer face aos gastos. Ou seja, o que é que acontece? As pessoas são obrigadas a escolher aonde gastam o seu dinheiro: na luz, na água, na comida. E agora, com esta crise habitacional sem precedentes, que agora rebenta, digamos assim, as pessoas são obrigadas a decidir aonde têm que gastar o seu dinheiro e a renda



muitas vezes acaba por ser a principal fonte de despesa.----------Ora, nós não vemos a questão da habitação, não pode ser vista apenas no sentido de responder a estes casos extremos, porque se fizermos isso estamos a cair em erro. Porque também são as pessoas que trabalham, que têm um salário que permite viver não nestas situações extremas felizmente, mas aquelas que chegam ao fim do mês e sentem as dificuldades que também precisam de respostas. E neste caso não vamos lá com regulamentos que no fundo acabam por ser escassos e não responder à crise habitacional, porque no fundo isso acaba por ser secundarizar a crise habitacional. E sinceramente, senhores deputados, o executivo camarário não pode limitar-se a olhar para esta questão apenas do ponto de vista dos casos mais alarmantes e que mais sobressaem, são necessárias respostas concretas. Não podemos simplesmente assobiar para o lado, apresentar regulamentos que vão responder ou pelo menos vão apoiar as pessoas em maior situação de vulnerabilidade e simplesmente ignorar o resto da população.----------E relativamente a isto desde logo posso elencar duas respostas que são necessárias, que são mais amplas, e que de facto seriam úteis para responder à população. Desde logo a questão do IMI: majorações em prédios devolutos em que não haja vontade de reabilitação urbana e minorações deste mesmo imposto em áreas de residência ocupadas por populações economicamente carenciadas. Isto também são medidas para a habitação que não se prendem apenas com regulamentos. Ou também o facto de ser necessário ambicionar uma Estratégia Local de Habitação que de facto dê resposta aos problemas.-----------A Estratégia Local de Habitação que atualmente vigora está muito longe das metas necessárias, das metas dos cinco por cento nacionais, que mesmo sendo insuficientes, a nosso ver, ainda ficam muito distantes, porque o aumento previsto é apenas de cento e setenta e oito fogos, ou seja, zero ponto setenta e



sete do total de alojamentos do município
Em suma, nós obviamente somos a favor de ambos os regulamentos,
mas para fazer face à crise é necessário enfrentar sem medo a situação que
vivemos e para isso é preciso tomar medidas corajosas, medias fortes e que de
facto cheguem a todas as pessoas e não apenas aos casos mais vulneráveis
É nesse sentido que nós apelamos ao executivo, que de facto dê
respostas neste sentido, porque não é apenas responder às pessoas em maior
situação de vulnerabilidade, é a todas
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos
<b>DEPUTADO DO TB – José Rosa</b> – Excelentíssimo senhor presidente, na sua
pessoa renovo os cumprimentos a todos os presentes
Relativamente aos dois pontos, votarei favoravelmente e apresentarei
também declaração de voto para enfatizar a importância deste assunto
Poderemos enumerar aqui as vantagens das políticas de habitação, mas
queria-me concentrar no problema da habitação, que é um problema à escala
global, na Europa mais desenvolvida, em Portugal e em Barcelos. E queria pegar
por três expetativas:
Em primeiro lugar, é importante sabermos que cinquenta por cento da
população portuguesa está concentrada em trinta e um dos trezentos e oito
concelhos. Ou seja, nós temos concelhos com muita oferta, concelhos com
quase nenhuma oferta, e o problema passa muito por aí, o problema tem a ver
com a oferta do mercado para as pessoas
Outra coisa importante é sabermos que nas duas últimas décadas, ou
seja, entre noventa e um e dois mil, foram construídos um milhão e cem mil
fogos; entre dois mil e um e dois mil e dez foram construídos novecentos e



oitenta mil fogos; e na última década só foram construídos cento e sessenta e oito mil fogos. E mais, as cento e sessenta casas transacionadas em dois mil e vinte e um apenas onze por cento foram construção nova. E então a pergunta que se coloca é: então porque é que não se constrói? E eu vou elencar aqui algumas coisas que nos dão que pensar.----------Em Portugal, de uma maneira geral, e em Barcelos, a construção está muito focada no segmento de gama média alta, diria até quase mercado de luxo. Portanto, os construtores não estão vocacionados para a construção mais acessível. O nosso mercado de habitação pública em Portugal é dos mais baixos da Europa, há países na Europa com mercado de habitação pública superior a dez por cento, em Portugal está nos dois por cento. Isto é culpa dos governos centrais e dos governos locais.----------Outro problema grave que afeta a falta de construção é toda a panóplia burocrática que envolve a construção, mas também os licenciamentos, os PDM's que permanecem estáticos. O PDM é uma ferramenta importantíssima para permitir um melhor aproveitamento do solo, nomeadamente construção em altura de média dimensão.-----------Depois há outro problema grave em Portugal e que nos afeta. A carga fiscal da construção em Portugal anda entre trinta e quarenta por cento. Em Espanha é apenas dez por cento. Depois, Portugal é dos poucos países da Europa cujo IVA da habitação não é reduzido nem dedutível. Claro, com estas condicionantes todas perguntamo-nos porque é que não há oferta.----------Os últimos dados do INE apontam – o valor da construção –, por exemplo, em Esposende, o metro quadrado, ou em Braga, curiosamente é mais caro do que Barcelos, contrariamente ao que muitos de nós podíamos pensar. E porque é que os habitantes de Barcelos vão morar para essas duas localidades? Porque eles têm oferta. Eu até tenho familiares a morar em Esposende. Tenho



amigos que moravam em Barcelos e foram morar para Braga. Há mais oferta. O
nosso foco tem que ser na oferta. Nós temos que apostar na habitação pública,
agilizar os processos de licenciamento e naquilo que é incumbência da Câmara
baixar a carga fiscal de maneira a aumentar a oferta de mercado
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Senhor presidente da Câmara, deseja intervir? Tenha a bondade
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado
Renovo os cumprimentos ao senhor presidente e a todos os presentes
Tentar responder a todas as questões que foram levantadas
Concordei com o que o senhor deputado Nuno Martins disse nos
primeiros trinta segundos, que ia votar favoravelmente estas propostas porque
vão no sentido certo de apoiar as pessoas. De resto, passou ao lado da
discussão porque falou num tema que não estava aqui, mas tenho todo o gosto
em responder-lhe a esse tema
Quanto à derrapagem das obras, o termo não é feliz, mas quero-lhe dizer
que, se vive em Portugal, na Europa e no mundo nesta altura, já ouviu falar na
inflação sem precedentes, até há pouco o senhor deputado Miguel Martins o
referiu, no aumento exponencial da matéria-prima, na mão-de-obra. E,
portanto, aí, se calhar, encontra alguma justificação para algumas diferenças
entre o valor inicial e o valor final
E aproveito para lhe dizer aqui e a todos os senhores deputados e a esta
Assembleia que mandei enviar, julgo que já recebeu, toda a documentação
relativa ao nó de Santa Eugénia, que por duas ou três vezes em Assembleia
Municipal questionou onde é que estavam cinco milhões de euros, porque no
executivo anterior essa questão eram três milhões e, afinal, agora foram a
concurso por oito milhões. Espero que leia e numa próxima Assembleia terei



todo o gosto em discutir consigo essa questão.----------Quanto à questão da habitação, do Primeiro Direito, que é isso que estamos a falar. A Estratégia Local de Habitação que o senhor refere tem a ver com o Primeiro Direito e o Primeiro Direito é para substituição das situações de indignidade em que infelizmente muitos portugueses vivem e alguns barcelenses também. E aponta em dois sentidos: um para quem tem habitação própria e, portanto, são os beneficiários diretos; e aqueles que vivem em situações de indignidade e não têm habitação própria. Nesse particular, os atrasos que se verificam, não só em Barcelos mas em todo o país, têm a ver com a passagem de responsabilidades que o governo socialista quis mandar para as autarquias, responsabilidades que lhe cabiam, e passou para a responsabilidade dos municípios numa primeira fase sem oportunidade de aquisição e só numa segunda fase é que deu oportunidade de aquisição. E naturalmente há um tempo para adquirir os terrenos, há um tempo para fazer os projetos e há um tempo para construir. E depois os valores que estão associados são valores que estão desadequados. Já houve duas alterações ao valor inicial que naturalmente vêm tentar corrigir o pecado original, que foi tentar mandar para cima dos municípios um problema que era do Estado e do governo central. Mas, mesmo assim, obviamente que na próxima reunião da Assembleia Municipal – julgo que o senhor vereador me vai confirmar isso – traremos uma alteração à Estratégia Local de Habitação para adequar e permitir a aquisição, como os municípios vizinhos, efetivamente Braga e Famalicão em particular, estão a fazer, que é as OPAS de aquisição de imóveis nas condições, porque é a forma mais ágil e será a forma que teremos de encontrar para corresponder às necessidades efetivas das pessoas que foram identificadas pelos serviços sociais da Câmara Municipal.-----------Mas a habitação, e foi dito aqui pelo José Rosa muito bem e pelo Miguel



Martins também, não se resume a habitação para pessoas carenciadas, temos também muitos jovens que precisam. E naturalmente o instrumento que o governo lançou de arrendamento bonificado, ou arrendamento acessível, como apregoam, é muito difícil de concretizar por uma razão muito simples: porque os valores que lá estão incluídos nenhum empresário ou nenhum promotor consegue fazê-lo. E mais do que isso, todo esse investimento é um presente envenenado para os municípios, porque vem através de um financiamento, através do BEI. E depois a Câmara endivida-se, faz esse empréstimo de financiamento que não ultrapassa os limites de endividamento dos municípios, porque não conta para esse limite, mas terá, ao fim de vinte anos, de fazer esse pagamento através da cobrança das rendas. Só que para ser uma renda acessível tem que ser um valor bem abaixo do valor que seria fácil de concretizar. Se eu pedir cem milhões tenho que dividir por cem ou duzentas habitações, por mês dá xis, e depois o sobrante têm que ser os municípios a pagar, e isto não é aceitável. E, relembro, está consagrado na Constituição e tem que ser o governo a resolver, em primeira linha, a questão da habitação. Os municípios, e sempre o fizeram e continuarão a fazer, dão o seu contributo, dão o seu melhor, e estamos muito preocupados. Por isso é que esta adequação dos regulamentos vai nesse sentido, da nossa preocupação, e de criar condições para que os habitantes de Barcelos tenham melhores condições de vida e vida mais digna. Mas não aceitaremos que passem para nós toda e qualquer responsabilidade que é efetivamente do governo central.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------Vamos então passar à votação!-----------Vamos votar o ponto sete: discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos.----



Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está aprovado por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e dois PSD,
vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND)
Ponto oito: discussão e votação do Regulamento do Município de
Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está aprovado por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e dois PSD,
vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND)
Vamos passar ao ponto nove: discussão e votação da proposta da
Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de
Barcelos à Rede Eurocities, como membro associado — Fórum das Cidades
Inclusivas
Inscrições!
Tem a palavra o senhor deputado Pedro Sousa, do PSD
DEPUTADO DO PSD – Pedro Sousa – Muito boa noite
Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara e
restante Vereação, Caros Companheiros e Colegas Deputados, Caros
Presidentes de Uniões de Freguesia e de Juntas de Freguesia, Caro Público aqui
presente, Cara Comunicação Social e quem assiste via Web
O Grupo Municipal do PSD releva, enaltece e parabeniza este executivo
pela iniciativa de solicitar a adesão à rede Eurocities, pois esta será, certamente.



mais uma "ferramenta", mais um meio e uma forma de o município estar a par
dos maiores e melhores desenvolvimentos a nível da troca de conhecimentos,
ideias e experiências, colocando na agenda europeia o desenvolvimento
económico, social e político das cidades membros desta rede
Barcelos integrará uma rede com sensivelmente duzentas cidades,
muitas delas capitais dos seus países, e mais de cento e trinta milhões de
habitantes. De Portugal fazem parte Lisboa, Porto, Matosinhos, Braga,
Guimarães e Valongo, conforme se pode comprovar no website da Eurocities
De entre as áreas de foco ou fóruns, este executivo escolheu, de início, o
das Cidades Inclusivas, composto por temas como a habitação e sem-abrigo (ou
sem habitação), cuidado infantil e educação, solidariedade e voluntariado,
pobreza e exclusão social e migração e integração, o que realça, uma vez mais, a
preocupação social e solidária deste executivo
Segundo a gestão da Eurocities, são cinco as razões que aponta para uma
cidade aderir: uma rede forte; experiência internacional; uma voz na Europa;
financiamento e finanças; e, por fim, suporte durante todo o ano
Aliás, por considerarmos esta adesão uma iniciativa tão nobre,
engrandecedora e criadora de mais e melhores oportunidades para Barcelos,
julgamos mesmo que nenhum dos demais grupos municipais irá votar contra
ou, sequer, abster-se, pois isso significaria que, afinal, não pretendem o melhor
para o nosso concelho
Termino com as palavras de Dario Nardella, seu ex-presidente do Comité
Executivo: "A Eurocities representa a voz de mais de duzentas cidades em trinta
e oito países e mais de cento e trinta milhões de habitantes e é como uma
grande família que vos recebe, apoia e cresce convosco"
Por pretendermos que Barcelos faça parte dessa "grande família", o
Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta



Obrigado e boa noite
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
A Câmara deseja intervir? Não
Vamos então passar à votação!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está também aprovado por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e um
PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND)
Pedia agora a atenção dos senhores deputados!
Para dar execução imediata às deliberações tomadas propunha a
aprovação da ata em minuta
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está também aprovada por unanimidade a ata em minuta (quarenta e
oito PS, trinta e um PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE,
cinco IND)
Dava apenas uma breve informação:Dava apenas uma breve informação:
Eu, enquanto presidente da Assembleia, integro, ouvido o senhor
presidente da Câmara, uma comissão para as celebrações do vinte e cinco de
abril. Essa comissão integra o senhor presidente da Câmara, integro eu próprio,
estão também os líderes dos partidos com assento parlamentar ou assento na
Assembleia Municipal, o primeiro vereador eleito pela oposição. Portanto, uma
comissão alargada que está a preparar um programa do vinte e cinco de abril,



iremos ter naturalmente uma sessão solene do vinte e cinco de abril, mas esse programa detalhado será em breve tornado público e haverá um apelo para que todos os senhores deputados também possam participar nas múltiplas iniciativas que a Câmara vai organizar aqui no município relativamente à comemoração do vinte e cinco de abril, pedia esse envolvimento de todos a todos os senhores deputados. E aproveito, já que estamos via *Internet*, a todos os barcelenses para participarem nestas iniciativas que serão bastante diversificadas e importantes no nosso concelho. Perceber o que se passou aqui logo a seguir ao vinte e cinco de abril, perceber como funcionaram as Câmaras Municipais, perceber como funcionou a Assembleia Municipal. A primeira Assembleia Municipal teve posse no Governo Civil, em Braga, dada pelo governador civil da altura, o doutor Parcídio Summavielle, que foi presidente da Câmara de Fafe, e depois reunimos a primeira sessão de instalação aqui em Barcelos. Portanto, será todo um trajeto que será tornado público e numa comissão que será organizada pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Barcelos.-----------Não tendo mais nada a dizer, declaro encerrada a sessão.-----------Muito obrigado.-----------A sessão terminou às vinte e duas horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de novembro de dois mil e vinte e três.----------Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

	O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
•	(Fernando Santos Pereira, Dr.)



O COORDENADOR TÉCNICO
 (Celestino Linhares da Silva)

-----Apensa-se a esta ata as Declarações de Voto do TB atinentes aos pontos:------Dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, ao Montepio, nos termos da proposta, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.;----------Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias;----------Ponto sete – Discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos;----------Ponto oito – Discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente;----------Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Rede Eurocities, como membro associado – Fórum das Cidades Inclusivas.-----



## ÍNDICE

Ata n.º 22 de 20 de novembro de 2023

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
05	Período de intervenção do público
10	Período da ordem do dia
10	Aprovação das atas da sessão de 28 de setembro de 2023 (1º Ponto)
10	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 25.000.000,00 €, ao Montepio, nos termos da proposta, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A. (2º Ponto)
37	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa às minutas de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias/Uniões de Freguesia identificadas na mesma, que têm por objeto regular o financiamento da aquisição de combustível a utilizar no transporte de crianças e alunos do EPE e 1º Ciclo, durante o ano letivo 2023/2024 (3º Ponto)
37	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias da Ucha e Martim, atinente ao Programa de Cinoterapia (Patinhas 21 – Intervenção Multidisciplinar com cães), durante o ano letivo 2023/2024 (4º Ponto)
38	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal respeitante à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da Várzea, relativa ao Programa Terapêutico e Hipoterapia e/ou Hidroterapia, durante o ano letivo 2023/2024 (5º Ponto)
38	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias (6º Ponto)
42	Discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos (7º Ponto)
42	Discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente (8º Ponto)
55	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Rede Eurocities, como membro associado – Fórum das Cidades Inclusivas (9º Ponto)
57	Aprovação da ata em minuta